

Sumário

Lista de siglas e abreviaturas	XIII
Prefácio	XV
Introdução.....	1
1 Metodologia	7
1.1 Materiais e métodos.....	7
1.2 Forma de coleta de dados	7
1.3 Forma de análise de resultados.....	10
2 A pessoa com deficiência como sujeito de direitos.....	15
2.1 A deficiência como atributo voltado à exclusão social e os direitos fundamentais de dignidade, liberdade e igualdade.....	15
2.2 A técnica, a construção de alteridade e a imprevisibilidade	20
2.3 A deficiência enquanto atributo biológico do indivíduo e a insuficiência da análise médica.....	27
2.4 A superação do modelo médico: a relação da pessoa com o ambiente e o modelo social.	44
3 O empregador, o ambiente de trabalho, a inclusão e acessibilidade da pessoa com deficiência.....	57
3.1 A responsabilidade do empregador pela gestão do meio ambiente do trabalho: aspectos gerais.....	57
3.2 A Convenção da OIT nº 159 e a implementação do sistema de reserva de vagas para pessoas com deficiência	65
3.3 A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão.....	77
3.4 O sistema de proteção ao ambiente de trabalho da pessoa com deficiência.....	85
4. Tribunal Superior do Trabalho e o sistema de reserva de vagas: inclusão numérica ou substancial?	97
4.1 O sistema de precedentes na Justiça do Trabalho e o controle de convencionalidade por parte do Poder Judiciário	97

4.2 Exposição dos resultados da pesquisa jurisprudencial	109
4.3 Discussão dos resultados identificados na pesquisa jurisprudencial....	117
4.3.2 Segundo caso: a acessibilidade e a adaptação razoável enquanto direitos fundamentais do trabalhador.....	125
4.3.3 Terceiro caso: hipótese de isenção de responsabilidade da empresa pelo descumprimento da reserva legal de vagas.....	141
Considerações finais.....	145
Referências	149
Apêndice A – Banco de dados para pesquisa jurisprudencial	171